



**PREFEITURA DE
VILHENA**
PROCURADORIA



Ofício nº 185/ 2022/PGM

Vilhena/RO, 11 de julho de 2022.

Exmº. Sr.

Samir Mahmoud Ali

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Nesta.

Senhor Presidente,

Pelo presente encaminho a Vossa Senhoria o Projeto de Lei em anexo, que altera o Anexo I da Lei nº 1.499, de 22 de maio de 2002, que dispõe sobre o quadro de emprego de Agente Comunitário de Saúde - PACS e dá outras providências, modificado pelas Leis nºs 1.998, de 5 de maio de 2006, 3.251, de 5 de julho de 2011, 3.959, de 19 de agosto de 2014 e 5.066, de 24 de abril de 2019.

Solicitamos de Vossa Excelência, a aprovação em **REGIME DE URGÊNCIA** do Projeto de Lei, nos termos do artigo 134, inciso I do Regime Interno da Câmara Municipal de Vereadores, na próxima sessão.

Atenciosamente,

Ronildo Macedo
PREFEITO INTERINO

RECEBIDO: 11/07/2022
ÀS: 13:56 horas



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA
Procuradoria Geral do Município



PROJETO DE LEI Nº 6444 /2022

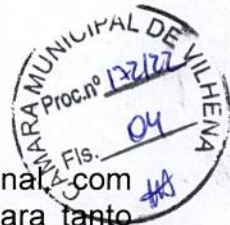
M E N S A G E M

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,

Encaminho a Vossas Excelências o Projeto de Lei em anexo, que altera o Anexo I da Lei nº 1.499, de 22 de maio de 2002, que dispõe sobre o quadro de emprego de Agente Comunitário de Saúde - PACS e dá outras providências, modificado pelas Leis nºs 1.998, de 5 de maio de 2006, 3.251, de 5 de julho de 2011, 3.959, de 19 de agosto de 2014 e 5.066, de 24 de abril de 2019.

A Emenda Constitucional nº 120, de 5 de maio de 2022, publicada no Diário Oficial da União nº 85, de 6 de maio de 2022 estabeleceu que o vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias não será inferior a 2 (dois) salários mínimos, repassados pela União aos Municípios, aos Estados e ao Distrito Federal, alterando o artigo 198 da CF/88 que passou a vigorar com a seguinte redação:

Art. 198. [...] O vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias fica sob responsabilidade da União, e cabe aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer, além de outros consectários e vantagens, incentivos, auxílios, gratificações e indenizações, a fim de valorizar o trabalho desses profissionais. § 8º Os recursos destinados ao pagamento do vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias serão consignados no orçamento geral da União com dotação própria e exclusiva. § 9º O vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias não será inferior a 2 (dois) salários mínimos, repassados pela União aos Municípios, aos Estados e ao Distrito Federal. § 10. Os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias terão também, em razão dos riscos inerentes às funções desempenhadas, aposentadoria especial e, somado aos seus vencimentos, adicional de insalubridade. § 11. Os recursos financeiros repassados pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para pagamento do vencimento ou de qualquer outra vantagem dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias não serão objeto de inclusão no cálculo para fins do limite de despesa com pessoal." (NR) Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação. Brasília, em 5 de maio de 2022."



A Lei que ora se altera atenderá o comando constitucional, com adequação dos vencimentos dos agentes comunitários de saúde, e para tanto está acompanhado dos documentos necessários ao cumprimento das exigências do artigo 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

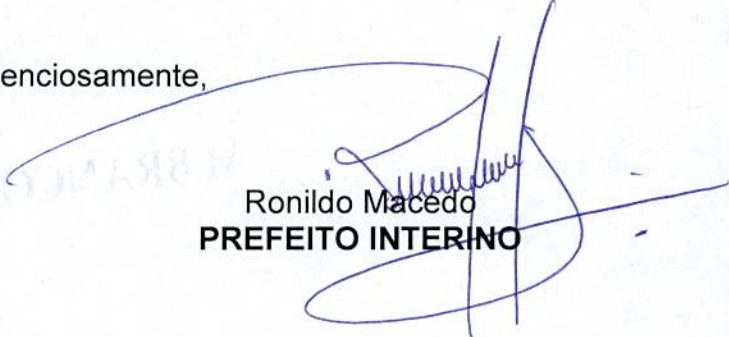
Explicitando-se que o impacto considera apenas o número de profissionais que estão em exercício, que é de 139 e não o número total de vagas de agente comunitários de saúde disponíveis na estrutura municipal que é de 174 agentes. Uma vez que, não haverá impacto a ser considerado sobre os cargos vagos.

Explica-se que a lei possui efeitos financeiros retroativos, uma vez que obrigação de cumprir a Emenda Constitucional, deve ser considerada da data de publicação no Diário Oficial da União, em 6 de maio de 2022,

Primando pelo princípio da legalidade e eficiência e considerando a importância da atividade desenvolvida pelos Agentes Comunitários de Saúde, encaminha-se o presente Projeto de Lei a Vossas Excelências.

Certo de que Vossas Excelências saberão da magnitude do presente Projeto de Lei, confiante na sua aprovação unânime.

Atenciosamente,


Ronildo Macedo
PREFEITO INTERINO



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA
Procuradoria Geral do Município



PROJETO DE LEI Nº 644/2022

ALTERA O ANEXO I DA LEI Nº 1.499, DE 22
DE MAIO DE 2002 E ALTERAÇÕES E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI:

Art. 1º Altera o anexo I da Lei nº 1.499, de 22 de maio de 2002, modificado pelas Leis nºs 1.998, de 5 de maio de 2006, 3.251, de 5 de julho de 2011, 3.959, de 19 de agosto de 2014 e 5.066, de 24 de abril de 2019, que dispõe sobre o quadro de emprego de Agente Comunitário de Saúde - PACS e dá outras providências, que passa a vigor conforme anexo único desta Lei.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos financeiros retroagem a 6 de maio de 2022.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal
Vilhena (RO), 11 de julho de 2022.

Ronildo Macedo
PREFEITO INTERINO



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA
Procuradoria Geral do Município



PROJETO DE LEI Nº 642/22 /2022

ANEXO ÚNICO

ANEXO I DA LEI Nº 1.499/2002

EMPREGO PÚBLICO

QUANTIDADE	DENOMINAÇÃO	SALÁRIO
174	Agente Comunitário de Saúde	R\$ 2.424,00

GRATIFICAÇÃO DE INSTRUTOR

QUANTIDADE	DENOMINAÇÃO	GRATIFICAÇÃO
03	INSTRUTOR DO PAC'S/PSF	R\$3.000,00

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal
Vilhena (RO), 11 de julho de 2012.

Ronildo Macedo
PREFEITO INTERINO



PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA
ESTADO DE RONDÔNIA
Controladoria Geral do Município – CGM

ACS



PARECER TÉCNICO Nº 392/2022/CGM

PROCESSO Nº 7483/2022

ASSUNTO: Parecer Técnico acerca do Reajuste Salarial pela Emenda Constitucional nº 120 de 05 de maio de 2022.

INTERESSADO: Fundo Municipal de Saúde.

No cumprimento das atribuições estabelecidas nos arts. 31 e 74 da Constituição Federal, Lei Municipal Nº 1.622, de 27 de abril de 2003 e suas alterações, e demais normas que regulam as atribuições do Sistema de Controle Interno, referentes ao exercício do controle prévio e concomitante dos atos de gestão e, visando a orientar o Administrador Público.

Através do Processo Administrativo nº 7483/2022 trazido para análise desta Controladoria Geral do Município, pleiteia o interessado análise do índice de gastos com pessoal pertinente ao Reajuste salarial dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias previstos na Emenda Constitucional nº 120 de 05 de maio de 2022.

Este Controle Interno, com suporte na Lei Complementar nº 101/2000 que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, notadamente, no inciso III do artigo 59, manifesta a necessidade da Administração atentar ao controle de despesas até o final do corrente ano, vejamos:

Art. 59. O Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público, fiscalizarão o cumprimento das normas desta Lei Complementar, com ênfase no que se refere a:

I - atingimento das metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias;

II - limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em Restos a Pagar;

III - medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite, nos termos dos arts. 22 e 23;

IV - providências tomadas, conforme o disposto no art. 31, para recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos limites;





V - destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e as desta Lei Complementar;

VI - cumprimento do limite de gastos totais dos legislativos municipais, quando houver. (destaques nossos)

Ressalte-se que as medidas descritas nos artigos 22 e 23 da Lei Complementar nº 101/2000 e §§3º e 4º do artigo 169 da Constituição Federal, são as que se transcreve abaixo:

Art. 22. A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 será realizada ao final de cada quadrimestre.

Parágrafo único. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso:

I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;

II - criação de cargo, emprego ou função; (nosso grifo).

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.

Art. 23. Se a despesa total com pessoal, do Poder ou órgão referido no art. 20, ultrapassar os limites definidos no mesmo artigo, sem prejuízo das medidas previstas no art. 22, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as providências previstas nos §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição.

§ 1º No caso do inciso I do § 3º do art. 169 da Constituição, o objetivo poderá ser alcançado tanto pela extinção de cargos e funções quanto pela redução dos valores a eles atribuídos. (Vide ADIN 2.238-5)

§ 2º É facultada a redução temporária da jornada de trabalho com adequação dos vencimentos à nova carga horária. (Vide ADIN 2.238-5)

Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

(...)

§ 3º Para o cumprimento dos limites estabelecidos com base neste artigo, durante o prazo fixado na lei complementar referida no caput, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adotarão as seguintes providências:

I - redução em pelo menos vinte por cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança;

II - exoneração dos servidores não estáveis.

§ 4º Se as medidas adotadas com base no parágrafo anterior não forem suficientes para assegurar o cumprimento da determinação da lei complementar referida neste artigo, o servidor estável poderá perder o cargo, desde que ato normativo motivado de cada um dos Poderes especifique a atividade funcional, o órgão ou unidade administrativa objeto da redução de pessoal.





PF 905.323.092-00), em 31/05/2022 - 08:19, e pode ser validado pelo QR Code

Este documento foi assinado digitalmente por ERICA PARDO DALA R

Este Controle Interno, em sua missão institucional, continuará informando e alertando ao Chefe do Executivo Municipal para que deva ser dada atenção especial à correta aplicação dos recursos públicos nesta área, a fim de evitar gastos excessivos sem ter as receitas necessárias para cobri-los.

Encaminho o presente processo ao Setor Jurídico para ponderações quanto a aplicação da Emenda Constitucional nº 120 de 05 de maio de 2022, em virtude deste Órgão de Controle Interno não possuir Gerente de Normas nomeado para análise prévia ao Parecer Técnico, limitando-se aos termos pertinentes ao índice de gastos com pessoal.





Após, que os autos sejam encaminhados ao Chefe do Poder Executivo para ciência deste parecer, do índice de despesa com pessoal e metodologia de Cálculo feita pela SEMFAZ, seguindo os trâmites habituais.

Vilhena, 31 de maio de 2022.

Érica Pardo Dala Riva
Controladora Geral do Município





PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
ESTADO DE RONDÔNIA
Procuradoria Geral do Município



PARECER JURÍDICO N.º 595/2022

Processo Administrativo nº 7483/2022

Órgão solicitante: CGM

Assunto: orientações acerca da aplicação da EC 120/2022

DIREITO ADMINISTRATIVO. PESSOAL.
PAGAMENTO DO PISO SALARIAL DOS
AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E
AGENTES DE COMBATE A ENDEMIAS.
APLICAÇÃO DA EC 120/2022.

Base legal: §7º ao 11 do art. 198 da CF/88.

Submete-se à esta PGM pedido de parecer quanto a aplicação da EC 120/2022 aos Agentes Comunitários de Saúde – ACS.

A Coordenação de Atenção Básica solicitou à SEMUS o cumprimento da EC 120/2022, conforme disposto no §9º do art. 198 da CF/88.

A SEMUS encaminhou o pedido à SEMAD, que efetuou os cálculos do custo mensal.

A Controladoria emitiu parecer técnico sobre o tema, opinando pela concessão do piso salarial dos ACS, considerando que o índice de gastos com pessoal está abaixo do limite de alerta de 48,60%.

É o breve relato.
Passo as orientações.

Em análise ao texto da EC 120/2022 em primeiro plano, verifica-se que a norma legal trouxe em seu bojo regulamentações acerca dos Agentes Comunitários de Saúde e aos Agentes de Combate a Endemias, acrescentando os parágrafos 7º ao 11 ao texto do art. 198 da Constituição Federal de 1988.

Nos parágrafos §7º ao 11 do art. 198 da CF/88, as regras estabelecidas deixam claro que o vencimento dos ACS E ACE é de responsabilidade da União, cabendo ao Município estabelecer apenas as vantagens de caráter pessoal para valorização destes profissionais. Disse também, sobre a obrigatoriedade de cumprimento pelos Entes Federados do valor mínimo (2 salários mínimos) à ser pago aos Agentes Comunitários de Saúde e aos Agentes de Combate a Endemias. E que, os recursos destinados ao pagamento do vencimento desses Agentes são consignados no orçamento geral da União. Tratou sobre a aposentadoria especial, direito ao adicional de insalubridade e, estabeleceu que o pagamento do vencimento ou de qualquer outra vantagem dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate



PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
ESTADO DE RONDÔNIA
Procuradoria Geral do Município

às endemias não serão objeto de inclusão no cálculo para fins do limite de despesa com pessoal, considerando que os recursos financeiros são oriundos de orçamento geral da União e repassado aos Municípios. Vejamos o que diz o novo texto dos §7º ao 11 do art. 198 da CF/88, acrescidos pela EC120 de 05 de maio de 2022:

"Art. 198. (...)

(...)

§ 7º O vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias fica sob responsabilidade da União, e cabe aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer, além de outros consectários e vantagens, incentivos, auxílios, gratificações e indenizações, a fim de valorizar o trabalho desses profissionais.

§ 8º Os recursos destinados ao pagamento do vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias serão consignados no orçamento geral da União com dotação própria e exclusiva.

§ 9º O vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias não será inferior a 2 (dois) salários mínimos, repassados pela União aos Municípios, aos Estados e ao Distrito Federal.

§ 10. Os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias terão também, em razão dos riscos inerentes às funções desempenhadas, aposentadoria especial e, somado aos seus vencimentos, adicional de insalubridade.

§ 11. Os recursos financeiros repassados pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para pagamento do vencimento ou de qualquer outra vantagem dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias não serão objeto de inclusão no cálculo para fins do limite de despesa com pessoal." (grifos nossos)

Desta feita, o texto da Carta Magna acresceu aos ACS e aos ACE os seguintes direitos:

- 1) Vencimento (mínimo) equivalente a 2 (dois) salários mínimos.
- 2) Aposentadoria especial.
- 3) Adicional de insalubridade.

A ordem Constitucional traz as seguintes obrigações aos Municípios em relação aos ACS E ACE:

- a) Estabelecer por norma legal, além de outros consectários e vantagens, incentivos, auxílios, gratificações e indenizações, a fim de valorizar o trabalho desses profissionais.
- b) Pagamento de vencimento nunca inferior a 2 (dois) salários mínimos.
- c) Pagamento de adicional de insalubridade pelo exercício da atividade.
- d) Exclusão do cálculo para fins de despesa com pessoal do Município, as despesas relativas aos valores do vencimento ou



PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
ESTADO DE RONDÔNIA
Procuradoria Geral do Município



de qualquer outra vantagem dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias, pois passam a não serem mais computados nos valores de referência do Município, não integrando o índice de gasto com pessoal.

Fica ressalvado que VENCIMENTO é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei, não se confundindo com Remuneração, que é o vencimento do cargo acrescido das vantagens pecuniárias permanentes ou temporárias, estabelecidas em lei.

Vale lembrar que cabe a União o repasse aos Municípios dos recursos destinados ao pagamento do vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias, por ser verba consignada no orçamento geral da União com dotação própria e exclusiva.

Na qualidade de consultora jurídica deste Município, estas são as orientações acerca da aplicação da EC 120/2022.

Saliento que a deliberação sobre o tema cabe ao Gestor da pasta e apresenta-se as seguintes orientações:

Que seja apostado a concordância de V.Sa. neste parecer aceitando como decisão vossa;

Caso V.Sa. possua entendimento diverso, oriento que a decisão administrativa seja fundamentada na forma do art. 50 da Lei nº 9.784/1999, a fim de evitar nulidades e prejuízos ao erário.

É o entendimento, S.M.J.

Vilhena (RO), 29 de junho de 2022.

Fabricia Da Lamarta Pandolpho
Advogada do Município



Prefeitura de
VILHENA

SUS  SECRETARIA MUNICIPAL DE
SAÚDE



**PROCESSO Nº 7483/2022 – VENCIMENTOS DOS AGENTES
COMUNITÁRIOS DE SAÚDE A AGENTES**

DE: SEMUS

PARA: GABINETE DO PREFEITO

Com os nossos cordiais cumprimentos, estamos encaminhando o presente processo para providências, a saber:

Com relação aos vencimentos fica a responsabilidade do Governo Federal, conforme Parecer Jurídico, Emenda Constitucional nº 120, de 05/05/2022 e Portaria GM/MS nº 2.109, de 30 de junho de 2022.

Informamos que a contrapartida do Município na presente data há disponibilidade orçamentária e financeira.

Vilhena, 05/07/2022

José Aparecido Tiago Borges Junior
Secretário Municipal de Saúde

Prefeitura de Vilhena
Este documento foi assinado digitalmente por JOSE APARECIDO TIAGO BORGES JUNIOR (CPF 218.811.448-52), em 05/07/2022 - 09:32, e pode ser validado pelo QR Code ao lado e ou pelo link: <https://signpmvilhena.lxsisistemas.com.br/documento/documentoAssinado/48273>. Folha 1 de 1





**Prefeitura de
VILHENA**



**SECRETARIA MUNICIPAL
DE SAÚDE**



MEMO. Nº217/SEMUS/RH/2022

Vilhena-Ro, 25 de maio de 2022

DE: SEMUS

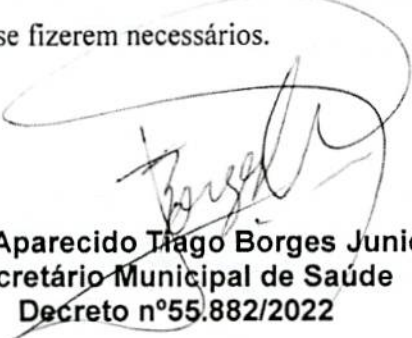
PARA: SEMAD

Assunto: Emenda Constitucional nº120 de 05 de maio de 2022 – Vencimento dos Agentes Comunitários de Saúde e Agente de Combate as Endemias

CONSIDERANDO a Emenda Constitucional nº120 de 05 de maio de 2022 que dispõe “*Acréscita §§ 7º, 8º, 9º, 10 e 11 ao art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre a responsabilidade financeira da União, corresponsável pelo Sistema Único de Saúde (SUS), na política remuneratória e na valorização dos profissionais que exercem atividades de agente comunitário de saúde e de agente de combate às endemias*”;

CONSIDERANDO a solicitação do Memorando nº343/2022/AT.BÁSICA, assunto vencimento dos ACS e ACE;

Conforme considerações acima descritas, encaminhamos presente processo para análise e prosseguimentos que se fizerem necessários.


José Aparecido Tiago Borges Junior
Secretário Municipal de Saúde
Decreto nº55.882/2022



MEMORANDO Nº 343/2022/AT. BÁSICA

Vilhena, 19 de maio de 2022.

DE: COORDENAÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA

PARA: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

Referente: **EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 120, DE 05 DE MAIO DE 2022**

Assunto: **VENCIMENTO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E AGENTES DE COMBAE ÀS ENDEMIAS**

Considerando a EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 120, de 05 de maio de 2022, segue cópia anexa para conhecimento e encaminhamentos necessários, acerca do Art. 198, § 9º.

"§ 9º O vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias não será inferior a 2 (dois) salários mínimos, repassados pela União aos Municípios, aos Estados e ao Distrito Federal."

Atenciosamente,

Clair Oliveira Cunha
Secretário Executivo
Decreto nº 54.086/2021

Recobido 29.05.22
As 08 Horas 11
Ass. Suzane

Ver resposta



Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos



19/05/2022 08:00

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 120, DE 5 DE MAIO DE 2022

Acrescenta §§ 7º, 8º, 9º, 10 e 11 ao art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre a responsabilidade financeira da União, corresponsável pelo Sistema Único de Saúde (SUS), na política remuneratória e na valorização dos profissionais que exercem atividades de agente comunitário de saúde e de agente de combate às endemias.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 198 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 7º, 8º, 9º, 10 e 11:

"Art. 198.

§ 7º O vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias fica sob responsabilidade da União, e cabe aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer, além de outros consectários e vantagens, incentivos, auxílios, gratificações e indenizações, a fim de valorizar o trabalho desses profissionais.

§ 8º Os recursos destinados ao pagamento do vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias serão consignados no orçamento geral da União com dotação própria e exclusiva.

§ 9º O vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias não será inferior a 2 (dois) salários mínimos, repassados pela União aos Municípios, aos Estados e ao Distrito Federal.

§ 10. Os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias terão também, em razão dos riscos inerentes às funções desempenhadas, aposentadoria especial e, somado aos seus vencimentos, adicional de insalubridade.

§ 11. Os recursos financeiros repassados pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para pagamento do vencimento ou de qualquer outra vantagem dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias não serão objeto de inclusão no cálculo para fins do limite de despesa com pessoal." (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, em 5 de maio de 2022

Emenda Constitucional nº 120



Ministério da Saúde - MS
Secretaria de Atenção à Saúde - SAS
Departamento de Atenção Básica - DAB

Estratégia Saúde da Família (ESF)

Agente Comunitário de Saúde

Oficialmente implantado pelo Ministério da Saúde em 1991, o então Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) teve início no fim da década de 80 como uma iniciativa de algumas áreas do Nordeste (e outros lugares, como o Distrito Federal e São Paulo) em buscar alternativas para melhorar as condições de saúde de suas comunidades. Era uma nova categoria de trabalhadores, formada pela e para a própria comunidade, atuando e fazendo parte da saúde prestada nas localidades.

Hoje, a profissão de agente comunitário de saúde (ACS) é uma das mais estudadas pelas universidades de todo o País. Isso pelo fato de os ACS transitarem por ambos os espaços – governo e comunidade – e intermediarem essa interlocução. O que não é tarefa fácil.

O agente comunitário de saúde tem um papel muito importante no acolhimento, pois é membro da equipe que faz parte da comunidade, o que permite a criação de vínculos mais facilmente, propiciando o contato direto com a equipe.

Todas as atribuições do ACS estão listadas na página 48 da Política Nacional de Atenção Básica.



MUNICÍPIO DE VILHENA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA ADMINISTRATIVA DE FOLHA DE PAGAMENTO



AUTOS Nº 7483/2022

De: DIRETORIA ADMINISTRATIVA DE FOLHA DE PAGAMENTO
Para: SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA/ CONTABILIDADE

Assunto: REAJUSTE SALARIAL DOS AGENTES COMUNITÁRIO DE
SAÚDE – ACS EM CONFORMIDADE COM EMENDA
CONSTITUCIONAL Nº 120 DE 05 DE MAIO DE 2022.

Interessado: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

Prezada Chefe da Contadoria Geral, Sra. Lorena Horbach,

Venho por meio deste encaminhar a Vossa Senhoria os valores referentes ao custo para adequação da legislação municipal a Emenda Constitucional nº 120 de 05 de maio de 2022 conforme tabela abaixo:

CARGO	QUANTIDADE (A)	SALÁRIO ATUAL	SALÁRIO PRETENDIDO	DIFERENÇ A	TOTAL (A)*(B)
AGENTE COMUNITÁRIO	139	1.550,00	2.424,00	874,00	121.486,00

Previdência Empregador	22,91%	27.836,09
FGTS	8,00%	9.718,88
Provisionamento 1/3 Férias	33,33%	3.374,27
Provisionamento 13º Salário	1/12	10.123,83
Provisionamento 1/3 Férias - Previdência Empregador	22,91%	773,15
Provisionamento 13º Salário - Previdência Empregador	22,91%	2.319,67
CUSTO MENSAL		175.631,90
CUSTO ANUAL		2.107.582,74

O CUSTO MENSAL para a adequação da legislação municipal a Emenda Constitucional nº 120 de 05 de maio de 2022 é de **R\$ 175.631,90** (Cento e setenta e cinco mil seiscentos e trinta e um reais e noventa centavos) e o CUSTO ANUAL é de **R\$ 2.107.582,74** (Dois milhões cento e sete mil quinhentos e oitenta e dois reais e setenta e quatro centavos).

Encaminho os autos a SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA/ CONTABILIDADE para verificar se com o acréscimo, o gasto com pessoal estará dentro dos limites permitidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, após encaminhar a CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM para análise e parecer quanto a legalidade da adequação da legislação municipal a Emenda Constitucional nº 120 de 05 de maio de 2022.

Vilhena, 25 de maio de 2022.

BRUNO CRISTIANO NEVES STEDILE
Diretor Administrativo de Folha de Pagamento
Decreto nº 43.675/2018





**COMPROVAÇÃO DE PRÉVIA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E
ÍNDICE DE GASTO COM PESSOAL ATÉ 30/04/2022**

1. Dotação Orçamentaria Inicial de Pessoal e Encargos Sociais para 2022	174.122.811,67
2. Dotação Atualizada em 2022	162.471.820,06
3. Despesa Líquida com Pessoal em Maio 2021 a Abril de 2022 (*)	185.171.651,12
4. Receita Corrente Líquida em Maio de 2021 a Abril de 2022 (12 meses) (*)	410.161.744,67
5. Índice de Gasto de Pessoal Abril de 2022 (*)	45,15%

**ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO DAS DESPESAS NO
EXERCÍCIO E NOS DOIS SUBSEQUENTES**

LRF, arts. 16 e 17, inciso I, - Anexo I

DESPESAS	ORÇAMENTO INICIAL 2022	Impacto Orçamentário Financeiro em R\$		
		2022	2023	2024
		Valor com Acréscimo	Valor com Acréscimo	Valor com Acréscimo
DESPESAS CORRENTES	308.899.941,37	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	174.122.811,67	185.709.968,02	208.884.280,71	252.071.531,89
Juros e Encargos da Dívida	4.705.000,00	-	-	-
Outras Despesas Correntes	130.072.129,70	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	21.539.016,30	-	-	-
Investimentos	16.024.016,30	-	-	-
Inversões Financeiras	0,00	-	-	-
Amortização da Dívida	5.515.000,00	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	34.893.588,00	-	-	-
DESPESA TOTAL	365.332.545,67	-	-	-

FONTE: Secretaria Municipal de Fazenda

NOTAS:

ELABORAÇÃO DE IMPACTO SOBRE GASTO COM PESSOAL

1. Ressalvando que o cálculo considerado acima, deverá ser acompanhado pela Controladoria Geral do Município-CGM tendo em vista que as contratações podem ser retiradas ou não após o presente cálculo acumulado.
2. O valor acima é considerado despesa bruta com pessoal consolidada, ou seja, somando-se a Administração Direta e Indireta.
3. As despesas prevista de 2021 e 2022 e 2023 são estimativas conforme (Anexo I e III) e LDO de, 2021 e 2022 e 2023.





Premissas e Metodologia de Cálculo Aplicada

LRF, art. 17, § 4.º

PREVISÃO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

1. A Receita Corrente Líquida foi calculada de acordo com o disposto no § 3.º do artigo 2.º da Lei Complementar n.º 101 de 4 de maio de 2000.

2. O valor da RCL aplicada é de R\$ 410.161.744,67 (quatrocentos e dez milhões, cento e sessenta e um mil, setecentos e quarenta e quatro reais e sessenta e sete centavos) tomando por base o período de realização de Maio de 2021 a Abril de 2022, ou seja, 12 meses.

4. O Acréscimo refere-se ao custo mensal de R\$ 175.631,90 (cento e oitenta e cinco mil, seiscentos e trinta e um reais noventa centavos), o custo mensal acumulado no ano é de R\$ 1.931.192,72 (um milhão, novecentos e trinta e um mil, cento e noventa e dois reais e setenta e dois centavos), o custo anual para 2022 de R\$ 11.587.156,35 (onze milhões, quinhentos e oitenta e sete mil, cento e cinquenta e seis reais e trinta e cinco centavos) e para o exercício de 2023 e 2024 e R\$ 23.174.312,69 (vinte e três milhões, cento e setenta e quatro mil, trezentos e doze reais sessenta e nove centavos).

O cálculo refere-se ao processo 7483/2022

5. Quanto ao impacto sobre o índice de gasto com pessoal conforme a LRF, temos:

Impacto para 2022

Total da Despesa Pessoal Abril 2022 + Acréscimos 2022	196.758.807,47
Receita Corrente Líquida Abril 2022	410.161.744,67
% da Despesa de Pessoal	47,97%
% de Acréscimo	2,83%

Impacto para 2023

Total da Despesa Líquida com Pessoal Prevista	219.933.120,16
Receita Corrente Líquida Prevista LDO	354.298.363,00
% da Despesa de Pessoal	62,08%
% de Acréscimo	16,93%

Impacto para 2024

Total da Despesa Líquida com Pessoal Prevista	243.107.432,85
Receita Corrente Líquida Prevista LDO	368.261.695,00
% da Despesa de Pessoal	66,01%
% de Acréscimo	20,87%

Limite Legal	54,00%
Limite Prudencial	51,30%

LORENA HORBACH
Contadora

Vilhena/RO, 30.05.2022

Concluindo: segue em anexo, declaração conforme artigo 16 inciso II da LC nº101/2000 LRF.

Declaro que conforme o artigo 16 inciso II da LRF que Índice das contratações gerais, com custo mensal R\$ 1.931.192,72 (um milhão, novecentos e trinta e um mil, cento e noventa e dois reais e setenta e dois centavos), anual R\$ 11.587.156,35 (onze milhões, quinhentos e oitenta e sete mil, cento e cinquenta e seis reais trinta e cinco centavos) tem adequação orçamentária financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

EDUARDO TOSHIYA TSURU
Prefeito Municipal





PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA
ESTADO DE RONDÔNIA
Controladoria Geral do Município – CGM

PARECER TÉCNICO Nº 392/2022/CGM
PROCESSO Nº 7483/2022

ASSUNTO: Parecer Técnico acerca do Reajuste Salarial pela Emenda Constitucional nº 120 de 05 de maio de 2022.

INTERESSADO: Fundo Municipal de Saúde.

No cumprimento das atribuições estabelecidas nos arts. 31 e 74 da Constituição Federal, Lei Municipal Nº 1.622, de 27 de abril de 2003 e suas alterações, e demais normas que regulam as atribuições do Sistema de Controle Interno, referentes ao exercício do controle prévio e concomitante dos atos de gestão e, visando a orientar o Administrador Público.

Através do Processo Administrativo nº 7483/2022 trazido para análise desta Controladoria Geral do Município, pleiteia o interessado análise do índice de gastos com pessoal pertinente ao Reajuste salarial dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias previstos na Emenda Constitucional nº 120 de 05 de maio de 2022.

Este Controle Interno, com suporte na Lei Complementar nº 101/2000 que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, notadamente, no inciso III do artigo 59, manifesta a necessidade da Administração atentar ao controle de despesas até o final do corrente ano, vejamos:

Art. 59. O Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público, fiscalizarão o cumprimento das normas desta Lei Complementar, com ênfase no que se refere a:

I - atingimento das metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias;

II - limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em Restos a Pagar;

III - medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite, nos termos dos arts. 22 e 23;

IV - providências tomadas, conforme o disposto no art. 31, para recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos limites;





V - destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e as desta Lei Complementar;

VI - cumprimento do limite de gastos totais dos legislativos municipais, quando houver. (destaques nossos)

Ressalte-se que as medidas descritas nos artigos 22 e 23 da Lei Complementar nº 101/2000 e §§3º e 4º do artigo 169 da Constituição Federal, são as que se transcreve abaixo:

Art. 22. A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 será realizada ao final de cada quadrimestre.

Parágrafo único. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso:

I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;

II - criação de cargo, emprego ou função; (nosso grifo).

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.

Art. 23. Se a despesa total com pessoal, do Poder ou órgão referido no art. 20, ultrapassar os limites definidos no mesmo artigo, sem prejuízo das medidas previstas no art. 22, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as providências previstas nos §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição.

§ 1º No caso do inciso I do § 3º do art. 169 da Constituição, o objetivo poderá ser alcançado tanto pela extinção de cargos e funções quanto pela redução dos valores a eles atribuídos. (Vide ADIN 2.238-5)

§ 2º É facultada a redução temporária da jornada de trabalho com adequação dos vencimentos à nova carga horária. (Vide ADIN 2.238-5)

Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

(...)

§ 3º Para o cumprimento dos limites estabelecidos com base neste artigo, durante o prazo fixado na lei complementar referida no caput, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adotarão as seguintes providências:

I - redução em pelo menos vinte por cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança;

II - exoneração dos servidores não estáveis.

§ 4º Se as medidas adotadas com base no parágrafo anterior não forem suficientes para assegurar o cumprimento da determinação da lei complementar referida neste artigo, o servidor estável poderá perder o cargo, desde que ato normativo motivado de cada um dos Poderes especifique a atividade funcional, o órgão ou unidade administrativa objeto da redução de pessoal.





Encerrando o pronunciamento, cabe mencionar, por oportuno, comentário acerca do **gasto com pessoal**, conforme Comprovação de Prévia Dotação Orçamentária e Índice de Gasto C/ Pessoal e de Premissa e Metodologia de Cálculo Aplicada, movimentações dos Anexos III e IV, devidamente assinada pelo setor de contabilidade, onde evidencia a projeção acumulado de gasto com pessoal até 30/04/2022 (1º quadrimestre) de 45,15% relativo à RCL, índice esse abaixo do limite de alerta de 48,6%, de acordo com o Art. 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal, apresentando em seu cálculo a somatória dos novos gastos com o referido projeto de 47,97%, impacto abaixo do limite de alerta.

Com base no relatório, ficou evidenciado que a projeção do índice está abaixo do limite de alerta de 48,60%, o que nos faz emitir parecer favorável. Recomenda-se que o índice se mantenha abaixo do limite prudencial, devendo ser dada atenção para eventuais medidas que possam ser exigidas em caso de necessária adequação aos limites de gastos no decorrer do ano, primando por ações que não resultem em hipótese alguma em crime de responsabilidade pelo Chefe do Poder Executivo.

Assim, o Gestor deve atentar pelo acautelamento como a melhor medida, evitando prejuízos às contas públicas, obtenção de garantias, recebimento de recursos, benefícios públicos, transferências voluntárias, contratações de operações de crédito e convênios, dentre outros, devendo primar pelo acompanhamento ostensivo dos gestores das pastas, quanto as contratações e demais gastos que incidam no índice de pessoal, priorizando setores nos quais a falta de mão de obra qualificada gerem prejuízos irreversíveis aos usuários e a administração pública.

Este Controle Interno, em sua missão institucional, continuará informando e alertando ao Chefe do Executivo Municipal para que deva ser dada atenção especial à correta aplicação dos recursos públicos nesta área, a fim de evitar gastos excessivos sem ter as receitas necessárias para cobri-los.

É o nosso parecer, que se submete à consideração de Vossa Senhoria, S.M.J.

Encaminho o presente processo ao Setor Jurídico para ponderações quanto a aplicação da Emenda Constitucional nº 120 de 05 de maio de 2022, em virtude deste Órgão de Controle Interno não possuir Gerente de Normas nomeado para análise prévia ao Parecer Técnico, limitando-se aos termos pertinentes ao índice de gastos com pessoal.





Após, que os autos sejam encaminhados ao Chefe do Poder Executivo para ciência deste parecer, do índice de despesa com pessoal e metodologia de Cálculo feita pela SEMFAZ, seguindo os trâmites habituais.

Vilhena, 31 de maio de 2022.

Érica Pardo Dala Riva
Controladora Geral do Município





PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
ESTADO DE RONDÔNIA
Procuradoria Geral do Município

PARECER JURÍDICO N.º 595/2022

Processo Administrativo nº 7483/2022

Órgão solicitante: CGM

Assunto: orientações acerca da aplicação da EC 120/2022

DIREITO ADMINISTRATIVO. PESSOAL.
PAGAMENTO DO PISO SALARIAL DOS
AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E
AGENTES DE COMBATE A ENDEMIAS.
APLICAÇÃO DA EC 120/2022.
Base legal: §7º ao 11 do art. 198 da CF/88.

Submete-se à esta PGM pedido de parecer quanto a aplicação da EC 120/2022 aos Agentes Comunitários de Saúde – ACS.

A Coordenação de Atenção Básica solicitou à SEMUS o cumprimento da EC 120/2022, conforme disposto no §9º do art. 198 da CF/88.

A SEMUS encaminhou o pedido à SEMAD, que efetuou os cálculos do custo mensal.

A Controladoria emitiu parecer técnico sobre o tema, opinando pela concessão do piso salarial dos ACS, considerando que o índice de gastos com pessoal está abaixo do limite de alerta de 48,60%.

É o breve relato.
Passo as orientações.

Em análise ao texto da EC 120/2022 em primeiro plano, verifica-se que a norma legal trouxe em seu bojo regulamentações acerca dos Agentes Comunitários de Saúde e aos Agentes de Combate a Endemias, acrescendo os parágrafos 7º ao 11 ao texto do art. 198 da Constituição Federal de 1988.

Nos parágrafos §7º ao 11 do art. 198 da CF/88, as regras estabelecidas deixam claro que o vencimento dos ACS E ACE é de responsabilidade da União, cabendo ao Município estabelecer apenas as vantagens de caráter pessoal para valorização destes profissionais. Disse também, sobre a obrigatoriedade de cumprimento pelos Entes Federados do valor mínimo (2 salários mínimos) à ser pago aos Agentes Comunitários de Saúde e aos Agentes de Combate a Endemias. E que, os recursos destinados ao pagamento do vencimento desses Agentes são consignados no orçamento geral da União. Tratou sobre a aposentadoria especial, direito ao adicional de insalubridade e, estabeleceu que o pagamento do vencimento ou de qualquer outra vantagem dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate



PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
ESTADO DE RONDÔNIA
Procuradoria Geral do Município



às endemias não serão objeto de inclusão no cálculo para fins do limite de despesa com pessoal, considerando que os recursos financeiros são oriundos de orçamento geral da União e repassado aos Municípios. Vejamos o que diz o novo texto dos §7º ao 11 do art. 198 da CF/88, acrescidos pela EC120 de 05 de maio de 2022:

"Art. 198. (...)

(...)

§ 7º O vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias fica sob responsabilidade da União, e cabe aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer, além de outros consectários e vantagens, incentivos, auxílios, gratificações e indenizações, a fim de valorizar o trabalho desses profissionais.

§ 8º Os recursos destinados ao pagamento do vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias serão consignados no orçamento geral da União com dotação própria e exclusiva.

§ 9º O vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias não será inferior a 2 (dois) salários mínimos, repassados pela União aos Municípios, aos Estados e ao Distrito Federal.

§ 10. Os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias terão também, em razão dos riscos inerentes às funções desempenhadas, aposentadoria especial e, somado aos seus vencimentos, adicional de insalubridade.

§ 11. Os recursos financeiros repassados pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para pagamento do vencimento ou de qualquer outra vantagem dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias não serão objeto de inclusão no cálculo para fins do limite de despesa com pessoal." (grifos nossos)

Desta feita, o texto da Carta Magna acresceu aos ACS e aos ACE os seguintes direitos:

- 1) Vencimento (mínimo) equivalente a 2 (dois) salários mínimos.
- 2) Aposentadoria especial.
- 3) Adicional de insalubridade.

A ordem Constitucional traz as seguintes obrigações aos Municípios em relação aos ACS E ACE:

- a) Estabelecer por norma legal, além de outros consectários e vantagens, incentivos, auxílios, gratificações e indenizações, a fim de valorizar o trabalho desses profissionais.
- b) Pagamento de vencimento nunca inferior a 2 (dois) salários mínimos.
- c) Pagamento de adicional de insalubridade pelo exercício da atividade.
- d) Exclusão do cálculo para fins de despesa com pessoal do Município, as despesas relativas aos valores do vencimento ou



PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
ESTADO DE RONDÔNIA
Procuradoria Geral do Município

de qualquer outra vantagem dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias, pois passam a não serem mais computados nos valores de referência do Município, não integrando o índice de gasto com pessoal.

Fica ressalvado que VENCIMENTO é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei, não se confundindo com Remuneração, que é o vencimento do cargo acrescido das vantagens pecuniárias permanentes ou temporárias, estabelecidas em lei.

Vale lembrar que cabe a União o repasse aos Municípios dos recursos destinados ao pagamento do vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias, por ser verba consignada no orçamento geral da União com dotação própria e exclusiva.

Na qualidade de consultora jurídica deste Município, estas são as orientações acerca da aplicação da EC 120/2022.

Saliento que a deliberação sobre o tema cabe ao Gestor da pasta e apresenta-se as seguintes orientações:

Que seja aposto a concordância de V.Sa. neste parecer aceitando como decisão vossa;

Caso V.Sa. possua entendimento diverso, oriento que a decisão administrativa seja fundamentada na forma do art. 50 da Lei nº 9.784/1999, a fim de evitar nulidades e prejuízos ao erário.

É o entendimento, S.M.J.

Vilhena (RO), 29 de junho de 2022.

Fabricia Da Lamarta Pandolpho
Advogada do Município



Prefeitura de
VILHENA

SUS  SECRETARIA MUNICIPAL DE
SAÚDE



**PROCESSO Nº 7483/2022 – VENCIMENTOS DOS AGENTES
COMUNITÁRIOS DE SAÚDE A AGENTES**

DE: SEMUS
PARA: GABINETE DO PREFEITO

Com os nossos cordiais cumprimentos, estamos encaminhando o presente processo para providências, a saber:

Com relação aos vencimentos fica a responsabilidade do Governo Federal, conforme Parecer Jurídico, Emenda Constitucional nº 120, de 05/05/2022 e Portaria GM/MS nº 2.109, de 30 de junho de 2022.

Informamos que a contrapartida do Município na presente data há disponibilidade orçamentária e financeira.

Vilhena, 05/07/2022

José Aparecido Tiago Borges Junior
Secretário Municipal de Saúde

Prefeitura de Vilhena
Este documento foi assinado digitalmente por JOSE APARECIDO TIAGO, RGES JUNIOR (CPF 218.811.448-52), em 05/07/2022 - 09:32, e pode ser verificado ao lado e ou pelo link: <https://signpnvilhena.lxsistemas.com.br/documento/documentoAssinado/48273>. Folha 1 de 1

